

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Despreendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Índigenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaluel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslausky e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE

CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADOURAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ

Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

**PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA
PANDEMIA**

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLÓGICA CLÁSSICA

Data de aceite: 03/08/2022

Angélica Lima Melo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: angelica.lmelo@hotmail.com.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: clodomir.cordeiro@ufma.br.

RESUMO: O presente trabalho pretende explorar algumas das contribuições de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e George Simmel (1858-1918) para a compreensão das cidades, seus sujeitos e dinâmicas contemporâneas. Objeto transversal ou privilegiado nos escritos desses autores, temos por intenção destacar, através de uma análise bibliográfica, suas contribuições teóricas e metodológicas para a investigação sobre os contextos urbanos e as transformações que acompanham suas dinâmicas de formação e reprodução. Nesse percurso pretendemos analisar os caminhos teóricos e metodológicos que dão contornos às cidades e suas dinâmicas nas obras dos autores, colocando em destaque as transformações, sujeitos e problemas que emergem com o processo de formação e adensamento populacional das

cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades; Sociologia; Clássicos; Notas; Introdução.

INTRODUCTORY NOTES ON CITIES IN CLASSIC SOCIOLOGICAL LITERATURE

ABSTRACT: The present work intends to explore some of the contributions of Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) and George Simmel (1858-1918) to the understanding of cities, their subjects and contemporary dynamics. A transversal or privileged object in the writings of these authors, we intend to highlight, through a bibliographic analysis, their theoretical and methodological contributions to the investigation of urban contexts and the transformations that accompany their dynamics of formation and reproduction. In this way, we intend to analyze the theoretical and methodological paths that shape the cities and their dynamics in the authors' works, highlighting the transformations, subjects and problems that emerge with the process of formation and population density of contemporary cities. Detaching himself from the dynamics of the countryside, the city man breaks with his previous ways of life from the fluidity and rhythm of urban life, forging cultural, social, economic, political and labor arrangements that transform the ways of living and understanding the city contexts.

KEYWORDS: Cities; Sociology; Classics; Notes; Introduction.

NOTAS INTRODUCTORIAS SOBRE LAS CIUDADES EN LA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSICA

RESUMEN: El presente trabajo pretende explorar algunas de las contribuciones de Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) y George Simmel (1858-1918) a la comprensión de las ciudades, sus sujetos y dinámicas contemporáneas. Objeto transversal o privilegiado en los escritos de estos autores, pretendemos resaltar, a través de un análisis bibliográfico, sus aportes teóricos y metodológicos a la investigación de los contextos urbanos y las transformaciones que acompañan sus dinámicas de formación y reproducción. En ese trayecto pretendemos analizar los caminos teóricos y metodológicos que configuran las ciudades y sus dinámicas en las obras de los autores, destacando las transformaciones, sujetos y problemas que emergen con el proceso de formación y densidad poblacional de las ciudades contemporáneas. Desprendiéndose de las dinámicas del campo, el hombre de la ciudad rompe con sus formas de vida anteriores desde la fluidez y el ritmo de la vida urbana, forjando figuraciones culturales, sociales, económicas, políticas y laborales que transforman las formas de vivir y entender los contextos ciudadanos.

PALAVRAS CLAVE: Ciudades; Sociología; Clásicos; Notas; Introducción.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as formas e os contornos da cidade e do urbano a partir de uma análise da contribuição dos clássicos da literatura sociológica, especialmente Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895), Émile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920) e George Simmel (1858-1918). Como tema que permeia transversalmente ou de forma direta a obra desses autores, a cidade configura-se historicamente através das relações capitalistas, que por meio das dinâmicas do comércio e a expansão de suas atividades conduziram o ambiente citadino rumo a uma acentuada divisão social do trabalho. Sob este enfoque, a proletarização, gerada no interior das relações de produção do capitalismo, e a habitação tornam-se questões significativas para a produção de uma teoria social que pretende compreender as mudanças das relações sociais que se desenrolavam de maneira acentuada em diferentes contextos.

Para Martins (2006), os processos industriais, revolucionários e urbanos dos séculos XVIII e XIX formaram o bojo empírico e conceitual que circundou a construção da Sociologia enquanto campo do saber científico. Em uma conjuntura histórica e intelectual de intensas transformações, os clássicos da Sociologia iniciam suas tentativas de compreensão da sociedade industrial/capitalista, descrevendo as diversas mudanças que são associadas ao novo arranjo do sistema de produção capitalista e suas relações de

produção, capazes de romper com os esquemas de produção e trabalhistas progressos. Nessa chave interpretativa, os fenômenos da industrialização e da urbanização despontam como processos associados ao despertar da *imaginação sociológica* (MILLS, 1969) dos autores clássicos da Sociologia. A nova ciência desenvolve-se, sob essa ótica, por meio das tentativas de compreensão dos fenômenos sociais que despontam entre os séculos XVII e XIX (BETTOMORE, 1978; GIDDENS, 2005; MILLS, 1969; SELL, 2005; MARTINS, 2006), instigando diferentes pesquisadores, entre eles os hoje considerados clássicos, a analisar a sociedade moderna e seus dilemas através de suas dinâmicas e características contemporâneas.

Nas reflexões de Marx e Weber as consequências das revoluções Industriais (1760-1840) e Francesa (1789-1799), associadas às narrativas sobre a modernidade e suas possibilidades, ganham acentuada importância, especialmente através das análises sobre a industrialização, a divisão social do trabalho, a burocracia, as mazelas que atingem a classe trabalhadora e os processos de secularização que atravessam o mundo social (SELL, 2010; GIDDENS, 2005). Buscando se dissociar das demais ciências, através da demarcação de objetos e de uma metodologia própria, a história da Sociologia científica confunde-se com as próprias mudanças e transformações históricas que reorganizaram as dinâmicas da cidade e do urbano, fios condutores do nosso texto.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Soares (2019), não é uma tarefa fácil compreender atualmente as cidades, pois elas diferem significativamente daquelas estudadas nos séculos XIX e XX pelos autores acima mencionados. Como pondera o autor, não dispomos hoje de uma percepção precisa das demarcações impressas pelas rodovias em que circulamos e, tampouco, de um quantitativo populacional capaz de circunscrever conceitualmente uma cidade. Desse modo, inúmeros pesquisadores da área das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia, têm se debruçado e contribuído para este instigante e complexo debate.

Como aponta Oliven (2010), descrever a cidade significa imaginá-la a partir de diferentes ângulos que expressam suas múltiplas constituições e categorias. Partindo dessa pista metodológica e teórica, pretendemos no presente artigo, através de uma pesquisa bibliográfica, identificar os contornos da cidade e do urbano apresentados, direta ou indiretamente, nos escritos dos autores selecionados para o desenvolvimento do trabalho. Frente a esse objetivo, pretendemos identificar, a partir dos escritos sociológicos dos autores, questões relativas aos percursos teóricos e metodológicos relacionados ao processo de análise das cidades como objeto sociológico e as formas de imaginar e

delimitar o espaço urbano presente ao longo das obras selecionadas.

Desse modo, as questões norteadoras do texto giram em torno da compreensão de como alguns autores clássicos do campo da Sociologia imaginaram as cidades e os aspectos da vida urbana e de que maneira categorias como o trabalho, a industrialização e os arranjos desencadeados no século XIX embasam o pensamento fundante da teoria sociológica sobre a cidade e o urbano.

3 | KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS: AS CIDADES E SUAS FACES BURGUESA E INDUSTRIAL

Nos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels é possível caracterizar a cidade e o urbano através dos processos e relações ligados ao mundo do trabalho, ao capital e à industrialização. Interpretando os processos e sujeitos que ganham forma nas cidades da revolução burguesa, ou melhor, da Revolução Francesa do Século XVII, os autores desenvolveram análises elucidativas sobre os fenômenos do crescimento e urbanização das cidades europeias, que para nosso estudo mostram-se significativas.

Marx e Engels iniciam algumas de suas análises sobre as cidades destacando momentos distintos dessa configuração socioespacial que ganham forma através das relações históricas e contextuais associadas aos modos de produção e forças produtivas. Na linha compreensiva dos autores, a cidade incorpora uma importância econômica e financeira significativa ao longo do seu processo de formação, especialmente quando se destaca a passagem dos cenários das cidades cercadas por muralhas àquelas que ganham forma com o processo de industrialização (MARX; ENGELS, 1998, MARX; ENGELS, 2007).

A divisão de trabalho está mais evoluída; encontramos já a oposição entre a cidade e o campo, e mais tarde a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e aqueles que representam o interesse dos campos. Mesmo no interior das cidades vamos encontrar uma oposição entre o comércio marítimo e a indústria (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Oliven (2010) aponta que Marx e Engels imaginam a cidade como uma *variável dependente*, ou seja, a cidade ganharia forma a partir de processos ligados às transformações do capitalismo, não sendo explicada por si mesma, mas por meio das conexões que estabelece com uma complexa rede de relações e mecanismos. Dessa forma, Marx e Engels (1998) consideram a cidade como espaços de concentrações econômicas alterados historicamente pelos processos de mudanças e embates entre as forças produtivas e modos de produção, que desembocariam em uma ressignificação das técnicas de produção e da própria cidade. As relações materiais e históricas da sociedade,

dinamicamente dialéticas e contraditórias, permitem aos autores identificar a cidade como o palco privilegiado para potencialidades criativas e problemas associados ao capitalismo moderno e industrial.

No decurso do capitalismo moderno as cidades emergem como o palco privilegiado das especializações e divisões sociais do trabalho, sobretudo com a emergência da manufatura, que aguçava esse processo (ENGELS, 2015). Observada sob a lente analítica do materialismo histórico e dialético, a cidade emerge como um dos polos da *dominação* e da *contradição*, que se manifestam por meio da disputa pela ocupação das áreas centrais da cidade em detrimento de bairros periféricos ou, na linguagem dos autores, de uma separação entre as classes.

Debruçando-se sobre as mudanças e deslocamentos do processo de divisão social do trabalho, Engels apresenta, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1975), alguns dos possíveis impactos das formas de organização do capitalismo sobre as feições das cidades. Para Marx:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem [...]. (MARX, 2003, p. 570).

Conectando esses argumentos à descrição de Engels (1985) sobre a cidade de Manchester na Inglaterra é possível identificar uma das questões suscitadas pela dinâmica da contradição urbana que acompanha o capital: o *desencontro*. No espaço citadino o desencontro permeia as experiências de indivíduos que se cruzam, mas não se percebem, “como se não tivessem nada em comum” e “nada a realizar juntos”. Nessa lógica, conectada ao projeto revolucionário imaginado pelos autores, os proletários precisam se unir e partilhar a “consciência de classe”, modificando em seguida o arranjo estrutural e infraestrutural das sociedades (ENGELS, 1985, p. 36).

José Paulo Netto, em *Introdução ao método de Marx* (2011), aponta que Engels foi um dos responsáveis pela inflexão teórica de Marx sobre esse ponto de vista. O autor pondera que na trajetória teórica e metodológica de Marx e Engels ambos foram influenciados pelos processos históricos e sociais que marcaram as transformações do capitalismo na Europa Ocidental.

É, porém, com o estímulo provocado pelas formulações do jovem Engels acerca da economia política que Marx vai direcionar as suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa. De fato, pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista. (NETTO, 2011, p. 5).

Em um movimento de reconfiguração das dinâmicas das cidades e sua forma urbana, a burguesia, como classe que ascende ao poder com a revolução, fixa-se nas cidades, desenvolvendo a grande indústria e conduzindo os pequenos produtores do campo aos porões das fábricas. Nessa conjuntura, observa-se a emergência do *proletário*, trabalhador das áreas centrais das cidades, que livre das amarras do campo e do feudalismo alarga as fileiras da produção capitalista e as habitações precárias das cidades industriais. Como ponderam Marx e Engels (1998), “a burguesia rasgou o véu do sentimentalismo e transformou-o em simples relação monetária”, promovendo as relações intercambiadas pelo dinheiro e a impessoalidade como características indelévels das cidades modernas. Em meio a esse jogo, os indivíduos estão sujeitos às mesmas oscilações que permeiam os mercados, desencadeando-se uma ampla concorrência entre os trabalhadores¹, que na cidade estão “livres” para vender sua força de trabalho por meio dos contratos estabelecidos com os empregadores.

Explorando o desenrolar do capitalismo moderno e os efeitos nefastos da industrialização, Marx e Engels descrevem muitos de seus processos contraditórios. Para Engels (1975) a feição urbana da cidade parecia estar diametralmente oposta à classe trabalhadora, revelando sob as lentes do materialismo histórico e dialético as transformações urbanas e o problema da habitação em Berlim. Nesse sentido, para o autor a situação da classe trabalhadora e suas inúmeras mazelas na cidade era um problema associado diretamente ao capitalismo e seu formato desigual. Pensando na resolução dos problemas habitacionais associados às experiências da classe trabalhadora, Engels destaca que os problemas urbanos que a cidade enfrentava eram resultados, entre outras situações, da apropriação burguesa de áreas valorizadas pela capital. Para Eric Hobsbawn (2011), a descrição feita pelo autor apresenta não somente o levantamento de dados significativos para a compreensão dos efeitos do capitalismo, da industrialização e do movimento operário, mas destaca, fundamentalmente, a contundência do método marxista

1. A grande indústria universalizou [...] a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, os impostos alfandegários de proteção não passam, dentro dela, de um paliativo, uma defesa dentro da liberdade comercial), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e engendrou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

para a compreensão das feições e dinâmicas dos problemas urbanos.

4 | ÉMILE DURKHEIM: AS CIDADES MODERNAS E AS FORMAS DE SOLIDARIEDADE

Assumindo a tarefa de sistematização de uma Sociologia científica, Durkheim buscou a todo custo desembaraçar a nova ciência dos demais campos dos saberes, especialmente daqueles que gravitam em torno das Ciências Humanas. Elegendo o *fato social* como objeto de estudo privilegiado para a análise da realidade social, sobretudo em *As Regras do Método Sociológico* (1895), o autor nos fornece algumas pistas epistemológicas e conceituais para a compreensão da cidade e do urbano em suas obras.

Testemunha das mudanças do século XIX, as quais envolviam renovadas relações econômicas e organizações sociais despidas de um possível caráter orgânico, Durkheim contribuiu decisivamente para a tessitura de uma análise sociológica acerca da divisão do trabalho. Segundo Pereira (2017), a cidade não ocupa um lugar “explícito” e “independente” nos textos durkheimianos, todavia emerge a partir de uma análise dedicada às diferenças que envolvem historicamente esses contextos, especialmente as que se estabelecem entre o campo e a cidade a partir das relações associadas ao processo de protagonismo das cidades. Nessa chave interpretativa, para Mills (1969) os clássicos da Sociologia se preocuparam em suas análises com a *totalidade histórica* dos acontecimentos, entendendo que “[...] a cidade é parte de uma totalidade; esta, sim, objeto legítimo de análise. Concebida como uma categoria histórica, é expressão de uma realidade mais abrangente, não tendo, portanto, o atributo de variável explicativa [...]” (JOSEFINA; SANT’ANNA, 2003, p. 92).

Como parte de uma totalidade histórica algumas das principais pistas sociológicas deixadas por Durkheim para a apreensão da cidade e do urbano encontram-se na obra *Da divisão do Trabalho Social* (1883), trabalho produzido no ano em que o autor defende sua tese de doutorado. Explorando o trabalho como uma das categorias fundantes da sociedade moderna, o autor associa os processos de *especialização* e *divisão social do trabalho* a formas de solidariedade que passam a caracterizar as relações sociais em uma sociedade capitalista, sobretudo nos grandes centros urbano-industriais. Durkheim aponta que o arranjo da sociedade industrial apresenta rupturas sensíveis com os laços da antiga sociedade tradicional, criando organizações e modelos interpretados sob a ótica de metáforas biológicas. Para o clássico da Sociologia:

[...] cada divisão territorial tem usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce, assim, sobre os indivíduos que são imbuídos de seu espírito, uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a repelir os outros. Mas, dentro de um mesmo país, essas diferenças não poderiam ser

nem muito numerosas, nem muito nítidas. Os segmentos são, portanto, mais abertos uns aos outros. (DURKHEIM, 1999, p. 170-171).

Diante de um novo arranjo social e epistemológico, Durkheim encarava de maneira *positiva* a ciência e seu papel na compreensão do mundo social, sobretudo quando sua transformação e “progresso” eram imaginados como possíveis através da mediação da racionalidade científica.

Nossa época desenvolveu-se sob o impacto da ciência, da tecnologia e do pensamento racional, que tiveram origem na Europa dos séculos XVII e XVIII. A cultura industrial ocidental foi moldada pelo Iluminismo - pelos escritos de pensadores que se opunham à influência da religião e do dogma e desejavam substituí-los por uma nova abordagem mais racional da vida prática. (GIDDENS, 2006, p. 14).

O primado da razão e a potência do fundamento científico permeiam as diferentes obras e argumentos de Durkheim, nos permitindo, de acordo com as notas introdutórias de seus textos, identificar a defesa da especialização das atividades e das ciências em meio a um processo que ganha forma paulatinamente na indústria capitalista e seu formato urbano.

Em uma linha de argumentação de caráter funcionalista que pressupõe a organização social, Durkheim observa a dinâmica das sociedades e suas diferenciações enquanto mecanismos marcados pela morfologia, adensamento populacional e caracterização geográfica e populacional dos espaços sociais. Nesse contexto, a cidade desenha-se como espaço administrativo gerido por uma nova classe, vislumbrado por meio de postulados científicos embasados nas ideias de racionalidade e progresso. Para Wacquant (1997), Durkheim (1997, p. 34), “[...] elabora uma concepção de ordem social *in abstracto*, identificando as condições e os mecanismos mutáveis da solidariedade na era da modernidade industrial e auxiliando, assim, a eclosão da moral de acordo com as novas relações sociais [...]” (WACQUANT, 1997, p. 34).

Por meio do contato promovido pelo fluxo dos indivíduos que deixam o campo rumo à cidade, Durkheim (1998) identifica novas relações intersubjetivas, refinadas pelo agrupamento de pessoas que estão intimamente em contato e/ou dispersas na cidade. Para o autor, a cidade tem o potencial de agrupar os sujeitos, promover a divisão social do trabalho e potencializar a diversidade, ao mesmo tempo em que torna possível a mudança das relações sociais de produção e dos vínculos entre os indivíduos. Nas grandes cidades as relações sociais e morais são marcadas pela complexidade e interdependência que permeiam a divisão do trabalho e os vínculos urbanos, estimulando solidariedades associadas a consciências coletivas que dão forma a especialização dos trabalhadores urbanos contemporâneos.

Sob a ótica desses argumentos é oportuno destacar as particularidades históricas das cidades europeias apontadas por Durkheim e, sobretudo, as transformações que vislumbram nas relações de produção sociais e morais que têm como palco os espaços citadinos.

O mesmo aconteceu na Alemanha. Burguês e cidadão eram sinônimos e, de outro lado, sabemos que as cidades alemãs formaram-se em torno de mercados permanentes, abertos por um senhor num ponto de seu domínio. A população que vinha se agrupar em torno desses mercados e que se tornou a população urbana era, pois, quase exclusivamente composta de artesãos e mercadores. Por isso as palavras forenses ou *mercatores* serviam para designar indiferentemente os habitantes das cidades, e o *jus civile* ou direito urbano é frequentemente chamado de *jus fori* ou direito do mercado. A organização dos ofícios e do comércio parece, pois, ter sido a organização primitiva da burguesia europeia. (DURKHEIM, 1999, p. 28).

Para Durkheim, o contexto das cidades é marcado por relações sensivelmente diferentes daquelas interpretadas por meio do conceito de *solidariedade mecânica*, alicerçada em possíveis similitudes entre elementos que envolvem o parentesco, a família e a religiosidade. Como pondera o autor, em nossas sociedades contemporâneas os indivíduos estão próximos devido às necessidades e dependências uns dos outros, permitindo-se, dessa maneira, a compreensão de que:

[...] as cidades sempre resultam da necessidade que impele os indivíduos a manterem constantemente o contato mais íntimo possível uns com os outros; elas são como pontos em que uma massa social se contrai com mais força que em outras partes. (DURKHEIM, 1999, p. 254).

Os argumentos desenvolvidos até o momento apontam que as investigações de Durkheim sobre a divisão social do trabalho no contexto industrial e urbano nos permitem observar a cidade como um espaço propício à constituição de novas formas de solidariedade, uma maior autonomia individual e relações de interdependência funcional entre os indivíduos. Nesse contexto a cidade emerge como palco privilegiado para inúmeros conflitos associados a uma complexa organização que fundamenta características competitivas onde “[...] o cervejeiro e o vinhateiro, o fabricante de tecidos e o fabricante de sedas, o poeta e o músico muitas vezes se esforçam por se suplantar um ao outro.” (DURKHEIM, 1999, p. 264-265).

5 | MAX WEBER: A CIDADE TIPOLOGICA E SEDE COMERCIAL

Em *A objetividade das Ciências Sociais* (2003), o alemão Max Weber destaca as possibilidades de distanciamento dos cientistas sociais com relação a seus objetos de pesquisa, especialmente quando as impressões e concepções do pesquisador entram

em debate. Utilizando o *tipo ideal* como uma ferramenta metodológica para apreender fenômenos significativos, ou os nexos causais, do mundo e das *ações sociais*, o autor imagina a cidade a partir de suas múltiplas possibilidades e características.

A sociologia compreensiva weberiana explora a cidade tipológica em suas conexões com o comércio, o Estado, a burocratização e os processos de monopolização da força física e econômica. Nesse sentido, segundo Oliven (2010), Weber enxerga a constituição política e econômica das sociedades urbanas contemporâneas associadas a relações de poderes alicerçadas em uma dominação considerada legítima, validada por mecanismos que operacionalizam a reprodução da vida moderna. A cidade weberiana, sob essa ótica, configura-se por meio de formações associadas a um capitalismo ascético, elemento que permeia as ações sociais dos grupos e sujeitos das cidades descritas pelo autor. As cidades tipológicas de Weber permitem-nos observar “[...] decisivamente, que o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isso se deve adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia [...]” (WEBER, 1968, p. 310).

Magnani, no desenvolvimento de sua pesquisa antropológica sobre/na cidade, descreve algumas das perspectivas antropológicas abertas pela teoria weberiana, nos convidando a pensar o ambiente urbano sob uma perspectiva instigante. Para o autor:

A análise de Max Weber ressalta o caráter da racionalidade presente na cidade medieval do Ocidente, com base na comunidade - associação local, militar e politicamente autônoma frente ao senhor feudal. Só ela, com a nova classe dos mercadores e artesãos, rompe com os laços, tabus e religião clânicos; razão pela qual, diferentemente do que ocorreu no Oriente, tornou-se condição para o surgimento do capitalismo. Mais tarde essas cidades de governo próprio e autônomo dissolvem-se no interior dos Estados nacionais: as metrópoles que surgem na esteira da Revolução Industrial completam a desintegração daquele modelo de vida urbana. (MAGNANI, 1996, p. 6).

Sob essa ótica, uma cidade não poderia ser definida apenas por meio de seus aspectos quantitativos e estruturais, que ganham corpo através, entre outros, do número de seus habitantes, residências e ruas, mas, antes de tudo, por sua sede administrativa, que aglutina indivíduos e concentra indústrias especializadas, potencializando a produção de mercadorias e sua circulação.

Somente queremos falar de “cidade” no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população local satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população local dos arredores produziu ou adquiriu para a venda no mercado. Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra é “localidade de mercado”, isto é, tem um mercado local como centro econômico do povoado, mercado no qual, em virtude da existente

especialização da produção econômica, também a população não-urbana satisfaz suas necessidades de produtos industriais ou artigos mercantis ou de ambos, e, como é natural, também os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de suas economias. (WEBER, 2009, p. 409).

Através de um complexo intercâmbio de mercadorias, o mercado interno das cidades se desenvolve e promove uma circulação regular, diferenciando a cidade ocidental das cidades orientais e antigas. Em torno de territórios específicos ganham forma os Estados Nacionais, suas relações monopolísticas e um aparato burocrático, permitindo entrever, como aponta Weber (1999), “cidades de consumidores”, “cidades de produtores” e “cidades mercantis” atravessadas por uma racionalidade que fundamenta e organiza as relações entre os indivíduos e a produção.

Para Weber, a cidade, em seus moldes racionais, legais e burocráticos, encontrou sua consolidação no Ocidente, pois nele recebeu o impulso da cultura burguesa que se conectou de maneira estreita à centralidade das relações de trabalho, da posse e, sobretudo, de um *ethos* capitalista em formação (WEBER, 2004). Nessa chave analítica que perpassa o histórico através do fio condutor do tipo ideal, Weber percebe o social como um espaço de conflitos e dominações atravessados por diferentes mecanismos, exteriores e interiores, que garantem sua reprodução. Nas análises do autor o protestantismo ascético emerge como um fio condutor através do qual podemos observar a penetração da racionalidade na cultura social moderna e nas condutas sociais, engendrando a formação social de um contingente burguês que se alargava ao mesmo tempo em que a consciência religiosa se transformava sensivelmente.

[...] claro que a participação dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nos postos de trabalho mais elevados das grandes empresas modernas industriais e comerciais é relativamente mais forte, ou seja, superior a sua porcentagem na população total, e isso se deve em parte a razões históricas que remontam a um passado distante em que a pertença a uma confissão religiosa não aparece como causa de fenômenos econômicos, mas antes, até certo ponto, como consequência dele. (WEBER, 2004, p. 29-30).

Identificando os processos históricos de dominação através de seus esquemas tipológicos, Weber aponta alguns dos contornos e características da racionalização moderna, apontando que existem por trás de cada domínio do mundo social traços de uma racionalidade.

Ao deslocar a compreensão da dominação para a análise das *ações e relações sociais*, Weber (1991) considera que “a razão se despojou da magia” e que as relações mudam em decorrência de uma constelação de fatores e não apenas através da luta de classes, raiz dinâmica do pensamento materialista e dialético. Para o autor, o sujeito

“desencantado” precisa firmar as bases de sua experiência e representações em outros tipos de fundamentações, consideradas pelo autor como artificiais, burocráticas e/ou legais. “No decorrer do desenvolvimento econômico a disciplina do trabalho foi então institucionalizada e imposta aos seres humanos. Transformou-se em hábito ou norma, tornando-se normal [...]” (REISEBROD, 2012, p. 169). Como pondera Weber, percorrer o solo das transformações éticas da sociedade moderna e industrial significa, antes de tudo, perceber as mudanças das práticas, hábitos, comportamentos e condutas morais. A sociedade moderna ultrapassaria a magia e o tradicionalismo religioso ao ser penetrada paulatinamente em todas as suas esferas por um *ethos* racional, capaz de estimular as qualidades pessoais e os estímulos sociais necessários à produção do Estado moderno e das relações capitalistas que o acompanham.

Weber (2004) chama nossa atenção para o caráter intramundano no qual fora lançado o trabalho moderno, articulado à contabilidade do tempo, ao rendimento do dinheiro e à prestação de contas. Sob este ângulo, as cidades emergem como sedes legais e administrativas e como lócus privilegiado da formação de um *ethos* moderno, atravessado por processos de racionalização das esferas do mundo social. O Estado e o trabalho moderno distinguem-se de outras formas históricas por suas características, excepcionalmente conectadas as experiências ocidentais, capazes de articular fenômenos como a racionalidade, a religião, a ética do trabalho, a dominação, as estruturas capitalistas e as cidades contemporâneas.

6 | GEORG SIMMEL: A CIDADE DE BERLIM DO SÉCULO XX E AS INTERAÇÕES SOCIAIS

Georg Simmel, considerado um dos clássicos do pensamento sociológico juntamente com Durkheim, Marx e Weber, faz sentir sua influência temática, teórica e metodológica de maneira significativa nos estudos contemporâneos sobre as cidades e o urbano. Em uma de suas obras voltada aos estudos sobre a cidade, *A metrópole e a vida Mental* (1903), o autor registra suas impressões e análises sobre a constituição de um “novo sujeito” que se desprende das amarras institucionais e psicológicas que circundavam o cidadão feudal. Desse modo, o homem da cidade simmeliano utiliza-se do artifício da indiferença para desenvolver sua vida na cidade, distanciando-se de diversas relações e sensações que o poderiam envolver emocionalmente.

Pereira (2017) destaca que Simmel foi um pesquisador que transitou por diversas áreas do conhecimento, recebendo diferentes influências teóricas que embasaram e marcaram seu arcabouço teórico e conceitual. Nesse sentido, o autor acredita que Simmel

foi um exímio pesquisador, destacando-se por sua capacidade de observação crítica e ponderações acerca da modernidade e suas interfaces com a cidade.

De posse dessas observações é possível compreender que a interpretação do moderno e da cidade (ou da cidade moderna) foi desenvolvida, por ele, de uma forma bastante autoral e extremamente particular, já que é possível notar que naquele momento de afirmação da sociologia, a objetividade além de ser uma necessidade dessa área também era uma característica do próprio contexto de desencantamento do mundo e valorização da racionalidade positiva. Assim, embora a sociologia possa ser entendida como filha da modernidade (BECKER, 1974), sendo os clássicos intérpretes daquele contexto, é importante destacar que Simmel observou fenômenos similares e bastante próximos, mas de uma forma diferenciada, crítica e preparada, pois não seguiu os ditames da negação do espírito, nem tão pouco deixou de comparar e contextualizar as próprias ideias a partir de exemplos empíricos, demonstrando um equilíbrio que foge de qualquer dogmatismo vinculado a preponderância da objetividade ou subjetividade pura. (PEREIRA, 2017, p. 140).

As relações sociais na cidade estariam, sob a ótica de Simmel, permeadas por uma dualidade que envolve indivíduos e sociedade, impondo-se ao cidadão o desafio de manter sua autonomia frente à força esmagadora das pressões sociais. Diante dos estímulos da vida cidadina, das relações sociais de produção industriais, das dinâmicas econômicas das cidades e das relações que o tecido urbano precisou forjar para estimular nos indivíduos suas diferenciações, emerge um sujeito social internamente e externamente diferente.

Se houvesse, em resposta aos contínuos contatos externos com inúmeras pessoas, tantas reações interiores quanto às da cidade pequena, onde se conhece quase todo mundo que se encontra e onde se tem uma relação positiva com quase todos, a pessoa ficaria completamente atomizada internamente e chegaria a um estado psíquico inimaginável. Em parte esse fato psicológico, em parte o direito a desconfiar que os homens tem em face dos elementos superficiais da vida metropolitana, tornam necessária nossa reserva. (SIMMEL 1973, p. 17).

Para Simmel (1973) a cidade e seus encadeamentos urbanos configuram um individualismo marcado pela objetividade que, entre outras coisas, distancia-se da subjetividade das sociedades pré-urbanas e industriais. Nessa perspectiva, o homem metropolitano descrito por Simmel articula-se na atuação do intelecto, da razão e dos cálculos que gerenciam suas rotinas diárias, lutando, desse modo, contra as amarras da personalidade e dos aspectos niveladores das experiências do mundo moderno.

Testemunha e analista da precarização do mundo urbano, tal como Marx e Engels, Simmel não se limita a identificação da importância dos fatores econômicos nas dinâmicas cidadinas, enfatizando as múltiplas interações e *sociedades* que dão forma a Berlim do início do século XX. Segundo Antunes (2014, p. X), “Berlim é descrita como uma metrópole

industrial, mas também política, financeira e cultural, comparando-a inclusive com as cidades americanas por sua atualidade”. A crescente concentração de trabalhadores nas cidades europeias desencadeara uma maior dependência entre os indivíduos, pois as atividades tendem a se especializar cada vez mais e:

[...] as grandes cidades, enquanto sedes por excelência da circulação do dinheiro, são os lugares nos quais os valores mercantis das coisas se impõem com uma amplitude diferente da que ocorre nas relações menores e são também os lugares específicos para se ser *blasé*. Nelas, culmina em uma certa medida o sucesso da concentração dos homens e das coisas que empurra o indivíduo até a sua mais alta capacidade nervosa; pelo crescimento somente quantitativo das mesmas condições, o sucesso se inverte em seu contrário, nesse fenômeno específico de adaptação que é o caráter *blasé*, no qual os nervos descobrem uma última possibilidade de acomodar conteúdos e a forma de vida na grande cidade (SIMMEL, 1973, p. 175).

Sob essa maneira de compreender o fenômeno citadino e as experiências urbanas as cidades tornaram possível a emergência, à custa de inúmeras adaptações psicológicas e práticas, de um individualismo pautado em um maior distanciamento dos indivíduos e em uma base psicológica voltada à razão e o cálculo. Segundo Leitão (2011), a cidade simmeliana é um local de “estranhamento”, pois:

Segundo Simmel, o individualismo moderno é um dos motores fundamentais das grandes cidades. Simmel não opõe o indivíduo à sociedade, ao contrário, ele compreende a individualização como outra face da socialização. A metrópole é, nesse contexto, um ambiente no qual o cidadão reivindica sua autonomia e sua especificidade diante dos grupos com que convive. O intelecto do homem nas metrópoles é infinitamente mais estimulado que nas pequenas cidades ou no campo, constituindo-se como um dos efeitos marcantes da intensificação da vida nervosa no cotidiano. (LEITÃO, 2011, p. 43).

As relações que se estabelecem entre os sujeitos metropolitanos nas cidades permitem que eles se expressem de uma forma mais pessoal, abrindo caminho, segundo Simmel, para a compreensão das transformações que conectam dinamicamente espaços, sujeitos, práticas e subjetividades.

Pensando no fenômeno urbano, especialmente a partir do que observava em Berlim, Simmel (2005) acentua as distinções entre a cidade grande e as pequenas cidades, destacando as especificidades e dinâmicas que estimulam a tessitura de regras, comportamentos e formas de interação diferentes entre os indivíduos e grupos sociais. A cidade pequena abriga, nas palavras do autor, laços de pertencimento e estímulos emocionais marcados pelo contato pessoalizado e pelo “sensível-espiritual” que caracterizaria a interação entre os sujeitos nesses arranjos. A metrópole, por outro lado,

por viabilizar um fluxo intenso e contatos mais efêmeros entre seus moradores, processa relações forçadas por regras impessoais, estimulando a emergência de velocidades e ritmos psicológicos singulares (SIMMEL, 2005).

Explorando a impessoalidade que passa a caracterizar as cidades europeias, especialmente por meio da mediação das relações monetárias, Simmel destaca o caráter nivelador e objetivo que o dinheiro incorpora nas metrópoles do início do século passado. O dinheiro na sociedade urbano-industrial permitiria que fossem resguardadas a liberdade e autonomia do sujeito na cidade, assim como demarcaria e gerenciaria posições diferenciadas entre os indivíduos, de modo que:

O dinheiro como unificador e separador de interesses. “O caráter objetivo” do dinheiro torna o que é diferente igual. Justamente porque ele é impessoal ele é capaz de unir o que é próprio de cada indivíduo. [...] como o abismo entre o interior e o exterior cresce cada vez mais, o incremento da liberdade interior é concomitantemente ao incremento do nivelamento exterior. Quanto mais o homem moderno é nivelado no mundo exterior, mas ele se recolhe a sua interioridade. (SIMMEL, 2005, p. 27-28).

Aproximando-se da concepção de Marx, Simmel critica o efeito nivelador do trabalho e do dinheiro, ao passo em que observam que as relações sociais na modernidade engendram dinâmicas objetivas e impessoais capazes de distanciar os sujeitos, objetificando-os. Para Simmel, as “consequências da modernidade” tendem a desenvolver arranjos técnicos e racionais que operacionalizam a vida moderna, contrastando com as relações antes estabelecidas, pois: “[...] os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida [...]” (SIMMEL, 1973, p. 11). Problemas esses que ganham profundidade e importância sociológica quando a cidade é imaginada como palco privilegiado para o desenvolvimento de conflitos, interpessoais e/ou grupais, e para a formação do sujeito metropolitano.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevendo nossas linhas finais observamos, inicialmente, que os escritos e argumentos dos autores trabalhados no presente artigo são significativamente influenciados pelo contexto histórico em que estavam inseridos, sobretudo pelas mudanças nas dinâmicas das relações de produção e as transformações nas interações que caracterizam o campo e a cidade. Presentes nas preocupações dos clássicos da Sociologia, as mudanças e as transformações do mundo da produção e a mobilidade e plasticidade dos sujeitos que

os conformam repercutiu de maneira sensível nos estudos dos autores contemporâneos, como, por exemplo, os que compunham a emblemática Escola de Chicago (COULON, 1995). Nesse sentido, as breves anotações conceituais que permeiam a teoria sociológica clássica e os estudos contemporâneos que privilegiam a cidade como objeto de estudo devem ser compreendidas a partir de sua articulação com os processos históricos, sociais e econômicos que ganham forma com a industrialização e a centralidade dos contextos urbanos.

Atravessada por uma análise pautada no materialismo histórico e dialético, como em Engels e Marx, a cidade pode ser analisada por meio de suas mudanças e da dualidade característica das contradições entre as classes que se realçam sob o signo do trabalho e da industrialização. Desse modo, a cidade torna-se um palco decisivo para a compreensão sociológica das relações de trabalho, diferenças sociais, proletarização e conflitos entre os sujeitos urbanos. Seguindo a via das relações econômicas, Weber (2009) aponta que a cidade se articula a um arranjo de elementos que caracterizam o que chamamos de sociedade moderna, destacando o comércio e a circulação como elementos significativos para a análise da cultura urbana e das engrenagens lógico-rationais acionadas pelo Estado.

Para além das lógicas econômicas a cidade também é imaginada na teoria sociológica clássica como um espaço de solidariedades (DURKHEIM, 1999) associado a implicações relacionais que extrapolam os debates sobre a exploração de classes e a dicotomia econômica apresentada por autores como Marx e Engels. As relações de interdependência entre os trabalhadores, potencializada pela especialização e divisão do trabalho, dão forma não apenas a uma expansão das cidades e a alteração de sua morfologia social, mas também a novas formas de solidariedade, inscritas nas consciências coletivas e nas maneiras de ser, agir e pensar dos indivíduos cidadãos. Uma sociabilidade urbana renovada pelas dinâmicas das metrópoles industriais estimula não apenas a tessitura de laços, mas também adaptações subjetivas e comportamentais (SIMMEL, 1999) que alteram significativamente as formas das relações sociais, tornando necessários distanciamentos e traços de impessoalidade.

Frente essas múltiplas maneiras de imaginar e apreciar a cidade, seus sujeitos e dinâmicas, torna-se necessário nos estudos sociológicos identificar a constelação de fatores que estruturam e dão forma às narrativas científicas sobre as cidades, agindo de maneira decisiva na percepção dos traços econômicos, culturais e sociais que alimentam relações de pessoalidade/impessoalidade, distanciamentos e “desencantos”. Sob este prisma, torna-se decisiva a leitura dos clássicos das Ciências Sociais e a compreensão de seus arranjos teóricos e metodológicos para a trajetória qualificada de nossas análises sobre a cidade e as experiências urbanas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Henrique F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth. **Ponto Urbe**, v. 15, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2565>. Acesso em: 25 set. 2020.

BECKER, H. Conferência. A Escola de Chicago. **Mana – estudos de Antropologia Social**, v. 2, n. 2, out. 1996.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1985.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

FREITAS, Ricardo Ferreira. Simmel e a cidade moderna: uma contribuição aos estudos da comunicação e do consumo. **Revista CMC**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 41-53, jul. 2007.

GIDDENS, Anthony. O que é sociologia. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre, Artmed, 2005.

JOSEFINA, Maria; SANT'ANA, Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003.

LEITÃO, Lucia. A cidade de Simmel, a cidade dos homens. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 461-471, jul./dez. 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGANANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (org.). **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Oswaldo Coggiola, organizador. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MILLS, C.W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

OLIVEN, R. G. A cidade como categoria sociológica. *In*: OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 7-23.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Notas sobre a sociologia urbana de Georg Simmel: Do cotidiano de Berlim às formas urbanas. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 3, n. 9, p. 15-30, nov. 2019. ISSN 2526-4702.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Um breve comentário sobre a Sociologia urbana de Max Weber. **Sociedades urbanas: revistas de Sociedade e Antropologia**, v 2, p. 39-54, 2018.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. A cidade na perspectiva durkheimiana: Notas sobre a modernidade e morfologia social. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 137-150, jul. 2017. ISSN 2526-4702.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

SILVA, Noemia, Félix Da. A contribuição e o pioneirismo de Robert Ezra Park nos estudos de jornalismo. **Estudos**, Goiânia, v. 38, n. 4, p. 679-692, out./dez. 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. (Texto original de 1903).

SOARES, P. Manoel. A dificuldade em definir cidade: atualidade da discussão à luz de contributos recentes. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 647-668, maio/ago. 2019.

WACQUANT, Loïc J. D. Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 48, p. 29-38, jul. 1997 p.

WEBER, Max. A dominação não legítima – tipologia das cidades. *In*: WEBER, Max. **Economia e Sociedade, volume 2**. Brasília: Editora UnB, 1999. (Texto original de 1922).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber: Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v. 2.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar 2018.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

